



O Programa Mais Professores para o Brasil e a atualização da memória histórica da docência como sacerdócio

The More Teachers for Brazil Program and updating the historical memory of teaching as a priesthood

El Programa Más Profesores para Brasil y la actualización de la memoria histórica de la docencia como sacerdocio

Valci Melo¹



<https://orcid.org/0000-0003-3037-142X>

Lavoisier Almeida dos Santos²



<https://orcid.org/0000-0001-5132-7343>

Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante³



<https://orcid.org/0000-0002-9612-9735>

Resumo: O texto analisa a herança histórica da concepção de profissão docente materializada no Programa Mais Professores para o Brasil e suas possíveis implicações nas condições de formação, trabalho e carreira docente. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental realizada à luz da Análise do Discurso filiada a Michel Pêcheux, assumida aqui como um arcabouço teórico-metodológico capaz de auxiliar a leitura e a interpretação de materialidades linguísticas de maneira crítica e desmistificadora. No decorrer do texto procura-se demonstrar que o (dis)curso histórico do magistério como missão sacerdotal é recuperado e atualizado pelo Programa Mais Professores, tendo em vista que seus eixos e ações desviam o foco das condições materiais sob as quais se dá a docência como profissão. Por fim, conclui-se que essa memória discursiva tem como consequência a desvalorização da docência como profissão que demanda conhecimentos teóricos e práticos específicos e adequadas condições materiais para o seu exercício.

Palavras-chave: Mais Professores para o Brasil. Profissão docente. Análise do Discurso.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Professor do Centro de Educação (CEDU) da Ufal e docente colaborador do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI) pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Líder do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas: História e Discurso (GPPHeD). E-mail: valci.melo@cedu.ufal.br.

² Doutor em Letras e Linguística pela Ufal. Professor de Língua Portuguesa das redes estaduais de Sergipe e de Alagoas e pesquisador do GPPHeD. E-mail: lavoisierdealmeida@hotmail.com.

³ Doutora em Letras e Linguística pela Ufal. Professora do Programa Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) da UFAL e pesquisadora do GPPHeD. E-mail: msaoc1212@gmail.com.

Abstract: The text analyzes the historical heritage of the conception of the teaching profession as materialized in the More Teachers for Brazil Program and its possible implications for teacher training, work, and career conditions. This is bibliographical and documentary research carried out in the light of Discourse Analysis affiliated with Michel Pêcheux, assumed here as a theoretical-methodological framework capable of assisting the reading and interpretation of linguistic materialities in a critical and demystifying manner. Throughout the text, we seek to demonstrate that the historical discourse/trajectory of teaching as a priestly mission is recovered and updated by the More Teachers for Brazil Program, given that its axes and actions divert the focus from the material conditions under which teaching takes place as a profession. Finally, it concludes that this discursive memory results in the devaluation of teaching as a profession that requires specific theoretical and practical knowledge and adequate material conditions for its exercise.

Keywords: More Teachers for Brazil. Teaching profession. Discourse Analysis.

Resumen: El texto analiza el legado histórico de la concepción de la profesión docente materializada en el Programa Más Profesores para Brasil y sus posibles implicaciones en las condiciones de formación, trabajo y carrera docente. Se trata de una investigación bibliográfica y documental realizada a la luz del Análisis del Discurso (AD) filiado a Michel Pêcheux, asumido aquí como un marco teórico-metodológico capaz de auxiliar la lectura e interpretación de materialidades lingüísticas de manera crítica y desmitificadora. En este trabajo se busca demostrar que el (dis)curso histórico de la docencia como misión sacerdotal es recuperado y actualizado por el Programa Más Profesores para Brasil, dado que sus ejes y acciones desvían el foco de las condiciones materiales bajo las cuales se desarrolla la docencia como profesión. Finalmente, se concluye que esta memoria discursiva tiene como consecuencia la desvalorización de la docencia como profesión que demanda conocimientos teóricos y prácticos específicos y condiciones materiales adecuadas para su ejercicio.

Palabras-clave: Más Profesores para Brasil. Profesión docente. Análisis del discurso.

Introdução

Em 14 de janeiro de 2025, o Ministério da Educação (MEC) lançou, através do Decreto Presidencial n. 12.358, o *Programa Mais Professores para o Brasil* cujo objetivo declarado é “[...] promover a valorização e a qualificação do magistério da educação básica e incentivar a docência no Brasil” (Brasil, 2025a, art. 1º).

Organizado em cinco eixos temáticos⁴, tendo o formato de adesão voluntária (pelos entes federados, estudantes e docentes interessados) e apresentado pelo MEC como um programa “com ações integradas” e “específico para enfrentar os desafios da docência no Brasil” (Brasil, 2025b, online), o *Mais Professores* tem sido objeto de matérias na imprensa em geral e de notas de posicionamento de entidades como a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae), cuja carta é subscrita por 52 outras entidades do campo educacional, a exemplo da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e da Campanha Nacional Pelo Direito à Educação.

⁴ Os chamados “eixos estruturantes do Programa são: 1 - seleção para ingresso na docência; 2 - atratividade para as licenciaturas; 3 - alocação de professores; 4 - formação docente; e 5 - valorização dos professores.

No presente artigo, inserimo-nos nesse debate a partir da Análise do Discurso pecheutiana por concordarmos com Orlandi quando ela diz que

[...] com a leitura de Michel Pêcheux, nós temos um método para pensar a língua, as línguas, as linguagens, os sentidos, os sujeitos, o mundo. [...] Mudou o pensamento sobre a linguagem. Fez deslocar-se o quadro das ciências humanas e sociais e sua relação com a linguagem, com o sujeito e com os sentidos (Orlandi, 2015, p. 12).

Isto é, na esteira da Análise do Discurso (AD) pecheutiana, compreende-se que, atravessadas pelos interesses e conflitos de classes, as práticas languageiras produzem efeitos de sentidos (discursos) que, independentemente da vontade ou da consciência do sujeito enunciador, dialogam com outros discursos “[...] com os quais o sujeito se identifica – repetindo, reafirmando – ou desidentificando – negando, ressignificando” (Cavalcante, 2012, p. 302).

Esse movimento de retorno e atualização de um *já-dito*, de um *pré-construído* é o que Pêcheux (2014) chama de *interdiscurso* ou *memória discursiva*. Assim, para Pêcheux, todo discurso resulta de uma relação dialética entre estrutura e acontecimento (Pêcheux, 2015), entre a memória discursiva e a sua atualização. E é, portanto, nessa relação conflituosa e contraditória de avanço em espiral que procuraremos, ao longo do presente texto, transitar entre a *memória* e a tensão de sentidos acerca da profissão docente no Brasil sem deixar perder, no percurso teórico da análise, nem a objetividade das materialidades discursivas em questão, nem os processos de subjetivação presentes nos variados movimentos da significação.

O artigo está dividido em dois momentos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro momento, traçamos considerações históricas sobre o magistério como profissão e suas condições de exercício no Brasil. Já no segundo momento, analisamos as tensões discursivas acerca do magistério como exercício profissional. No interior dessas tensões, situa-se o *Programa Mais Professores para o Brasil*.

O magistério como profissão e suas configurações no cenário educacional brasileiro

De acordo com Petitat (1994), entendendo ser a secularização e a laicização do ensino elementos indispensáveis à formação cidadã e técnico-profissional do ser humano moderno, o Estado não apenas assumiu funções outrora exercidas pela Igreja, como também, pressionado pelas demandas econômicas, políticas e culturais da modernidade e pelas lutas por direitos civis, políticos e sociais, expandiu paulatinamente o acesso à escolarização às classes até então excluídas desse direito humano fundamental.

É, portanto, nesse contexto do século XIX que, conforme Nóvoa (1995), o magistério ganha *status* de profissão. Ou seja, a entrada em cena do aparelho estatal não somente expandiu a função docente como ocupação principal, quebrando a hegemonia da Igreja no campo educacional, como também conferiu ao magistério um estatuto profissional, caracterizado pela exigência de autorização legal para o seu exercício, pela criação de instituições específicas destinadas à formação profissional e pela organização política do professorado em entidades e movimentos de classe.

No Brasil, como mostram historiadores da Educação como Paiva (2003) e Saviani (2021), dadas as características peculiares de nossa formação socioeconômica, política e cultural enquanto Colônia portuguesa, esse processo de estruturação da escolaridade como um serviço estatal e a preocupação com a profissionalização do magistério deu-se muito tardiamente. Isto é, se por um lado, a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, em 1759, acompanha o movimento europeu de ruptura entre o Estado e a Igreja no tocante à escolarização; por outro lado, medidas estatais mais articuladas para suprir a lacuna deixada pelos religiosos foram empreendidas somente a partir da Independência, em 1822, a exemplo da Lei de 15 de outubro de 1827, que cria escolas primárias nos municípios mais populosos e rascunha elementos alusivos à seleção, remuneração e carreira do professorado; e da Lei n.16, de 12 de agosto de 1834 (Brasil, 1834) que, ao dar às províncias autonomia para legislar em matéria de instrução pública primária e secundária, possibilita o paulatino surgimento das Escolas Normais, instituição que até os anos 1940 representou o principal modelo de formação profissional dos candidatos à docência no ensino primário.

Nesse percurso de constituição, em terras brasileiras, do magistério como atividade econômica regulamentada pelo Estado, um dos elementos que sempre esteve presente foi o apontamento de sua baixa profissionalidade, isto é, a dificuldade de reconhecimento e valorização social e salarial da docência como profissão.

De acordo com Monteiro (2015), são muitos os elementos responsáveis pela baixa profissionalidade do magistério, destacando-se a naturalização do seu exercício por pessoas sem a mínima formação profissional. Situação que seria considerada crime no caso de profissões com maior reconhecimento social e salarial, a exemplo das ocupações na área da Saúde, do Direito e das engenharias.

Já na área da Educação, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep (Brasil, 2024), o percentual de docentes atuantes na Educação Básica e com ensino superior completo era de apenas 83,6% na Educação Infantil; 87% nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; 92,2% nos Anos Finais e 96,7% no Ensino Médio. Contudo, quando esses dados são analisados observando-se a relação entre a área de conhecimento da formação inicial e a atuação

docente (a adequação da formação), os percentuais caem para 63,3% na Educação Infantil; 74,9% nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; 60,4% nos Anos Finais e 68,2% no Ensino Médio.

Essa carência de docentes que atendam minimamente ao requisito de adequação da formação inicial à etapa educacional ou à disciplina que lecionam é, como defende Monteiro (2015), não apenas um elemento que puxa para baixo o nível de profissionalidade do magistério enquanto ocupação, como também um dos argumentos utilizados por diferentes governos brasileiros para justificar ações emergenciais nessa direção, tais como aquelas previstas no *Programa Mais Professores para o Brasil* - especialmente nos eixos: 1 - atratividade para as licenciaturas, mediante o pagamento de bolsa de R\$ 1.050,00 reais para estudantes com nota igual ou superior a 650 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) que optarem por uma licenciatura; 2 - alocação de professores, também com pagamento de bolsa no valor de R\$ 2.100,00 reais por até 2 anos para docentes que se disponham a atuar em regiões e disciplinas escolares com grande carência; e 3 - formação docente, através da disponibilização on-line, em um Portal do MEC, de cursos de diferentes tipos (graduação, segunda licenciatura, aperfeiçoamento, especialização...).

Apesar de contextualmente importantes, iniciativas como o *Programa Mais Professores* não parecem fugir do histórico de ações emergenciais e, portanto, insuficientes para fazer frente aos problemas estruturais que circundam o exercício do magistério no Brasil, tais como o “modelo 3+1”, que buscava enfrentar a carência de professores com o acréscimo de um ano de estudos pedagógicos à formação de bacharéis (Brasil, 1939; Gatti, 2014). Também fazem parte dessas supostas soluções, medidas como a criação do Exame de suficiência, uma espécie de concurso docente por notório saber (Brasil, 1946), e a chamada licenciatura curta, que permitia a formação aligeirada, em três anos, de um(a) docente polivalente, capaz de atuar em mais de uma disciplina do então curso Ginásial (Sucupira, 2012 [1964]), correspondente aos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Todas essas medidas têm dois elementos em comum: a secundarização dos conhecimentos didático-pedagógica na formação docente e o uso da carência de professores (as) como justificativa para a adoção de ações emergenciais (Gatti, 2014).

É, portanto, no âmbito desse resgate sócio-histórico que nos lançamos ao desafio de examinar, a partir da Análise do Discurso pecheutiana, se o *Programa Mais Professores para o Brasil* representa mais uma dessas iniciativas de velho travestido de novidade, entendendo que a AD, enquanto referencial teórico-metodológico, possibilita-nos a sair “[...] do já nomeado, do interpretado” (Orlandi, 2008, p. 23), buscando problematizar desdobramentos de sentidos outros produzidos/atualizados pela inscrição ideológica dos discursos sobre a profissão docente no Brasil a partir de determinadas condições de produção desses discursos.

O discurso do magistério como missão sacerdotal e sua atualização pelo Programa Mais Professores

A atividade docente surgiu no seio das congregações religiosas e foi realizada, durante alguns séculos, apenas pelo clero (Nóvoa, 1995). Esse dado histórico é fundamental para compreendermos não apenas o surgimento do magistério como ocupação, mas também as ressonâncias desse passado nos discursos atuais acerca da docência como profissão.

É nessa direção que Krentz (1986), tratando sobre a entrada em cena dos leigos como agentes da escolarização no interior do movimento educacional-religioso, rastreia a origem do termo professor:

[...] As escolas eram de igrejas e conventos. Os professores, o respectivo clero. E quando este não deu mais conta da demanda, chamou colaboradores leigos, que deveriam fazer previamente uma profissão de fé, um juramento de fidelidade aos princípios da Igreja. Daí vem o termo professor, o que professa fé e fidelidade aos princípios da instituição e se doa sacerdotalmente aos alunos, com parca remuneração aqui, mas farta na eternidade (Krentz, 1986, p.13).

Assim, embora tenhamos dicionarizado o vocábulo professor(a) comumente apenas como sinônimo de docente ou mestre/mestra, significando aquele ou aquela que ensina, que leciona sobre algo, não podemos esquecer que na origem etimológica do referido vocábulo está seu vínculo constitutivo com a adesão a uma “crença em algum princípio filosófico ou religioso” (Michaelis, 2025, on-line).

Por um lado, essa perspectiva tem a vantagem de reconhecer a insustentabilidade histórica da defesa de uma suposta neutralidade de valores na realização do trabalho docente. Isto é, sendo o professorado agente a serviço da Igreja ou do Estado, não deixa ele de atuar na direção de um determinado projeto de ser humano e de sociedade, baseado em um conjunto de crenças e valores com os quais se identifica e professa-os.

Por outro lado, essa relação originária da docência no seio da vida sacerdotal tem como consequência a dificuldade de ser compreendida como uma profissão, desprovida desse viés missionário e vocacional.

Também é importante destacar que algo parecido aconteceu com o termo profissão que, nascido no contexto do teocentrismo que perpassava todas as esferas da vida na Idade Média, significava a declaração pública de adesão aos princípios e regras de uma determinada corporação. No entanto, enquanto as outras ocupações, exercidas por leigos, foram desvinculando-se do sentido de profissão de fé à medida que o antropocentrismo foi substituindo as explicações religiosas, no caso da docência, isso não ocorreu, tendo em vista que continuava sendo uma atividade exercida quase que

exclusivamente pelo clero. Mesmo a entrada dos leigos nessa empreitada, conforme indicado por Krentz (1986), consistiu em um acontecimento complementar e condicionado ao exercício de suas funções no mesmo estilo praticado pelos missionários religiosos. Nas palavras do autor:

Insistia-se na imagem do professor exercendo um sacerdócio, com uma alta e inadiável missão a cumprir, que lhe valeria, se levada a bom termo, uma recompensa imperecível perante Deus e os homens. Exatamente por ser uma vocação nobre e sublime, por isto mesmo também se postulava uma profunda consagração às suas funções, com muita responsabilidade e abnegação, sem esperar grandes vantagens materiais (Krentz, 1986, p. 13).

É, portanto, em um movimento de retomada dessa memória sócio-histórica do professorado como alguém dedicado, dócil, cuidadoso e que realiza suas atividades mais por amor do que por capacidade técnica e necessidade econômica, que os(as) docentes, sobretudo, aqueles que atuam na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, são frequentemente representados como *tias e tios*.

Analisando esse discurso aparentemente inofensivo, Paulo Freire (2015), em seu livro *Professora, sim; tia não: cartas a quem ousa ensinar*, posiciona-se nos seguintes termos:

[...] Ensinar é profissão que envolve certa tarefa, certa *militância*, certa especificidade no seu cumprimento enquanto ser *tia* é viver uma relação de parentesco. Ser professora implica assumir uma profissão enquanto não se é *tia* por profissão (Freire, 2015, p. 22, grifos do autor).

A análise feita por Freire, nesse livro que data do início dos anos 1990, é fundamental para compreendermos como um enunciado não se define por sua aparência, pelos vocábulos utilizados, e sim, pela *formação discursiva* que mobiliza e os efeitos de sentidos que produz a partir daí. Uma formação discursiva consiste em um lugar de enunciação que apresenta certa regularidade ao estabelecer os sentidos autorizados e negados para as palavras pronunciadas do seu interior. Trata-se de “matrizes comuns a um conjunto de discursos” (Cavalcante, 2007, p. 43).

De acordo com Pêcheux (2014), se ao nos inserirmos no campo da linguagem, fazemos isso inevitavelmente vinculados a uma formação discursiva que define o sentido daquilo que enunciamos, é nela, então, que devemos buscar os sentidos das palavras, das expressões, dos enunciados, uma vez que eles não são portadores de um sentido literal, transparente e unívoco, mas significam conforme o lugar sócio-histórico de onde são enunciados.

É nessa direção que passamos a analisar a percepção sobre o professorado materializada nos enunciados a seguir. O primeiro deles é bastante conhecido dos(as) docentes: “*Heróis de verdade não vestem capas. Eles ensinam*”.

A frase é de autoria desconhecida, contudo, bastante popularizada através de postagens e mimos em homenagens ao Dia do(a) Professor(a). Tentando criar uma contraposição entre supostos heróis e heroínas falsos, cujos instrumentos mágicos seriam capas, varas de condão, lâmpadas do desejo, etc., e verdadeiros(as) guerreiros(as), cujas ferramentas seriam: voz, pincéis, quadro, giz..., o discurso materializado no enunciado acima acaba por atribuir a seres de carne e osso expectativas de feitos extraordinários, de grandes realizações e, portanto, de atos sobre-humanos.

Esse tipo de percepção, tal como a redução do professorado a *tia* e *tio*, despersonaliza a docência como atividade humana, historicamente condicionada e, portanto, passível de virtudes e defeitos. Pois, o verbo ensinar, do latim *insignare* (*in* = em e *signum* = marca, sinal), no sentido de pôr uma marca em, de deixar gravado algo em alguém, deve fazer da docência uma atividade superior ou inferior às demais ou caracterizá-la como um ramo profissional com saberes teóricos e práticos específicos para tal lida? Ao assumir o amor avuncular, maternal ou paternal como características do magistério não estaríamos desconsiderando que os demais ofícios com seres humanos também exigem dedicação, zelo e amorosidade? A tentativa de fazer da docência algo tão diferente das outras profissões, situando-a no campo dos feitos extraordinários, não ajudaria a desumanizá-la, justificando, assim, a negação ao professorado do direito ao erro, ao pluralismo e à luta em prol de melhores condições de trabalho e remuneração, tendo em vista serem essas práticas tidas como incompatíveis com a dimensão sacerdotal e heroica do magistério?

Essa percepção romântica do magistério, a nosso ver, tem consequências políticas sérias para a docência, fazendo com que os(as) mesmos(as) professores(as) que são idealizados(as) como seres angelicais em um cenário de tranquilidade social sejam rotulados(as) de vagabundos(as), militantes e doutrinadores(as) em um contexto de protestos e greves. Neste quesito, retornamos a Freire para pensar a dialeticidade da docência como uma ocupação profissional que, embora exija afetividade, zelo e ousadia,

Nada disso, porém, converte a tarefa de ensinar num *quefazer* de seres pacientes, dóceis, acomodados, porque, portadores de missão tão exemplar que não pode se conciliar com atos de rebeldia, de protesto, como greves, por exemplo. A tarefa de ensinar é uma tarefa profissional que, porém, exige amorosidade, criatividade, competência científica, mas recusa a estreiteza cientificista, que exige a capacidade de brigar pela liberdade sem a qual a própria tarefa fenece (Freire, 2015, p. 22, grifos do autor).

Essa representação romântica do professorado, criticada por Freire, faz eco em diferentes épocas, materialidades e espaços sociais. Segundo a pesquisa intitulada *Percepção da população brasileira sobre a profissão professor*, realizada pelo Instituto Península, em junho de 2022, para 96% dos entrevistados “a maior satisfação do professor é ver que seus alunos estão aprendendo, atribuindo ao

indivíduo envolvido nessa carreira uma ideia de propósito e compromisso incomum a outras profissões” (Instituto Península, 2022, p. 33). Vejamos, pois, se não é nessa direção que também pode ser vista a materialidade discursiva a seguir:

*Professores
Protetores das crianças do meu país
Eu queria, gostaria
De um discurso bem mais feliz
Porque tudo é educação
É matéria de todo o tempo
Ensinem a quem sabe de tudo
A entregar o conhecimento*

*Na sala de aula
É que se forma um cidadão
Na sala de aula
Que se muda uma nação
Na sala de aula
Não há idade, nem cor
Por isso aceite e respeite
O meu professor*

*Batam palmas pra ele
Que ele merece
Batam palmas pra eles
Que eles merecem
(Anjos da guarda, Leci Brandão, 1995, grifos nossos).*

A materialidade acima tem como título *Anjos da Guarda* e é uma canção lançada, em 1995, pela cantora, compositora, atriz, sambista, ativista social e deputada estadual por São Paulo, Leci Brandão. A música é usada fartamente durante movimentos docentes em luta por melhores condições de trabalho e carreira e, inclusive, foi reproduzida no evento de lançamento oficial do *Programa Mais Professores para o Brasil* por escolha e indicação do próprio Presidente Lula, conforme revelado em seu discurso:

[...] Eu levantei seis horas da manhã pra (sic) fazer uma pequena caminhada. Tava chovendo. Eu fui fazer uns exercícios. Aí eu comecei pensar numa música pro (sic) dia de hoje. [...] Aí encontrei essa música da Leci Brandão. E falei: *vamos de Leci Brandão, sabe, pra homenagear os professores* (Brasil, 2025c, on-line, grifo nosso).⁵

Para além do título (*Anjos da guarda*), cuja relação de sentido com os enunciados já analisados dispensa comentários, a canção de Leci Brandão, ao mesmo tempo em que reconhece a desvalorização social da docência (*Eu queria, gostaria, de um discurso bem mais feliz. [...] Batam palmas pra eles, que eles*

⁵ Retirado do vídeo Cerimônia de lançamento do Programa Mais Professores para o Brasil. Trecho: 45 minutos e 56 segundos a 46 minutos e 39 segundos.

merecem), evoca a memória do professorado como missionário, herói/heroína (*Professores, protetores das crianças do meu país*).

É importante destacar que a contradição real apontada na letra da música (relevância da atividade docente versus desvalorização social da profissão) parece ser explicitamente reconhecida pelo presidente Lula no lançamento do *Programa Mais Professores*:

[...] Era muito bonito quando professora era motivo de música, ou professor. Mas, hoje, quem dá aula na periferia das grandes metrópoles desse país sabe que ser professor é um risco. Ser professor é um risco! Esperar ônibus tarde da noite... Pegar ônibus de manhã lotado... Chegar na escola sabendo que as crianças estão com preocupação, muitos nem tomaram café em casa... E, às vezes, menino com violência, menino que sai de casa, sabe, brigado com a mãe porque não comeu, porque sei lá... e vai tentar jogar sua raiva, sabe, na professora e no professor. Então, se a gente não motivar que professor e professora seja uma profissão, sabe, eu diria promissora, uma... uma profissão que dê a eles a certeza de que eles estão trabalhando em benefício das pessoas e que o Estado poderá ajudá-los [...] de que esse professor não vai ser molestado, não vai apanhar... Então, é essas coisas que nós temos que cuidar e que nós estamos fazendo aqui (Brasil, 2025c, on-line).⁶

Embora a fala do Presidente da República reflita bem alguns dos muitos problemas que envolvem a atividade docente no Brasil, ao menos duas questões merecem ser problematizadas. A primeira é que nenhuma das ações do *Programa Mais Professores* ataca diretamente as condições estruturais do trabalho e da carreira docente, sejam aquelas apontadas pelo Presidente, como insegurança e desvalorização social, sejam pautas históricas, a exemplo do cumprimento da lei do piso salarial profissional para os(as) profissionais do magistério público da Educação Básica por todos os entes da federação e a destinação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação pública. Ou seja, embora se trate de uma conquista legalmente garantida, através da Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008 (Brasil, 2008), muitos municípios e estados descumprem o piso salarial nacional, seja no tocante ao pagamento do mínimo previsto, seja no que diz respeito à destinação de um terço da carga horária docente para a realização de atividades extraclasse.

É recorrente, após o anúncio anual feito pelo MEC do reajuste salarial do magistério daquele ano, que a categoria dos(as) docentes municipais e estaduais deflagre greve na tentativa de pressionar os governos locais a pagarem o valor anunciado nacionalmente.

Nesse sentido, concordamos com Evangelista (2025, on-line), quando a autora, em palestra sobre o *Programa Mais Professores para Brasil*, caracteriza-o como uma tentativa de “valorização estatal do magistério reduzida a um programa de mi(ga)lhas”. Pois, intervir de fato na desvalorização social da

⁶ Retirado do vídeo Cerimônia de lançamento do Programa Mais Professores para o Brasil. Trecho: 58 minutos e 26 segundos a 59 minutos e 43 segundos.

docência como profissão requer mais do que o reconhecimento formal de sua importância (*batam palmas pra eles que eles merecem*), tal como feito em campanhas publicitárias veiculadas anualmente pela Rede Globo de televisão sob o mote: “*Professor é a profissão que faz todas as profissões*”. Como relembra Gondra (2018), a necessidade de maior reconhecimento social e salarial do magistério estiveram em pauta em diferentes momentos históricos sem grandes avanços até então. Pois, como destaca o autor, ao analisar a dinâmica educacional no município da Corte no final do século XIX:

É importante assinalar que, na solicitação de abertura de escolas e colégios particulares, assim como nos pedidos de inscrição aos exames de professores para este tipo de instituição, consta a presença de Padres (5), Militares (3), Bacharéis (8) e Estrangeiros (14), principalmente franceses (6), ingleses (4) e portugueses (4), fato não observável nas inscrições aos concursos públicos, o que pode estar indicando o desinteresse desse tipo de agente pela ocupação dos cargos de professores públicos (Gondra, 2018, p. 64).

Esse desinteresse pela profissão docente que, conforme levantamento do Instituto Semesp (2022), coloca o Brasil sob o risco de um “apagão de professores” até 2040, expressa-se, ao menos, em dois sentidos: 1 - desistência de quem já está no magistério; e 2 - falta de atratividade da docência perante a juventude.

O dado parece ser de (re)conhecimento do governo, tanto se olharmos para a fala do Presidente, destacando a necessidade de “*motivar que professor e professora seja uma profissão [...] promissora*”, como também se analisarmos a fala do Ministro de Estado da Educação, Camilo Santana, no mesmo evento de lançamento do *Programa Mais Professores*:

[...] E qual é o diagnóstico que a gente pode fazer disso, o desafio do magistério? [...] Os desafios são complexos, né? Em diferentes frentes. [...] Vejam bem: *apenas 3% dos estudantes de 15 anos*, isso foi um dado do PISA, *querem ser professores*. É muito baixo esse percentual. [...] Veja bem: 1/3 dos formados em licenciatura tornam-se professor, entram em sala de aula (Brasil, 2025c, on-line, grifo nosso).⁷

No entanto, parece-nos que as respostas governamentais, através do *Mais Professores*, ao não acompanharem os desafios reais apontados pelo próprio governo, fazem eco ao discurso histórico do magistério como missão sacerdotal, como atividade que, justamente em função de sua elevada relevância, exige auto-sacrifício daqueles e daquelas que por ela optaram. Senão vejamos: para tornar a profissão mais atrativa para os jovens ingressantes na graduação, o *Mais Professores* criou a Bolsa Pé-de-meia Licenciatura e, para fazer frente à desmotivação dos(as) docentes em exercício, criou o cartão

⁷ Retirado do vídeo Cerimônia de lançamento do Programa Mais Professores para o Brasil. Trecho: 21 minutos e 07 segundos a 22 minutos e 48 segundos.

de crédito sem anuidade, o desconto em hotéis de todo o país e um portal para a oferta unificada de cursos *on-line* com vários níveis de formação.

Em ambos os casos, parece-nos que as medidas são desvinculadas das causas reais do problema diagnosticado (falta de atratividade e desmotivação) e, por mais mérito que possam ter em um cenário no qual o magistério tem sido tão massacrado, corre-se o risco de pouca efetividade no enfrentamento do problema sobre o qual se debruçam.

No primeiro caso, a estratégia reforça o discurso da meritocracia com estudantes supostamente de mais alto nível que os(as) demais licenciandos(as):

[...] Nós queremos *atrair alunos de alto desempenho*, é... *alunos que têm*, vamos dizer assim, *o perfil de serem professores*, é..., pra que possam ingressar nas licenciaturas das nossas universidades (Brasil, 2025c, on-line, grifo nosso).⁸

Como se vê, o discurso meritocrático faz-se presente, seja pela ênfase na nota de corte de, no mínimo, 650 pontos obtida no Enem (Brasil, 2025a), ou ainda pela exigência de obtenção de “resultados acadêmicos satisfatórios nos créditos matriculados” (Brasil, 2025b, on-line) em detrimento do contato pedagógico, ainda enquanto licenciando(a), com o chão da escola para além do estágio obrigatório, critério que difere do que é cobrado dos(as) bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid). É verdade que, enquanto licenciando(a), o(a) bolsista pé-de-meia só receberá o correspondente a 2/3 da bolsa (700 reais), ficando o restante (300 reais) condicionado ao seu ingresso em uma rede pública de ensino já como docente formado(a). No entanto, a parte que receberá sem qualquer obrigatoriedade de experiência pedagógica é o mesmo valor pago aos demais licenciandos(as) do Pibid, de quem se exige estreitamento concreto com a Educação Básica ainda em sua formação inicial.

Essa desconsideração pelos conhecimentos pedagógicos e pela articulação teoria-prática na formação do(a) bolsista pé-de-meia rememora o processo histórico de formação superior baseado na secundarização dos saberes diretamente relacionados à docência.

Diante do exposto, cabe-nos perguntar: 1 - será que, em um cenário no qual 75% dos brasileiros considera a profissão docente desvalorizada face a outras ocupações que exigem o mesmo nível de formação (Instituto Península, 2022), a bolsa de 700 reais conseguirá cumprir o objetivo principal desse eixo do Programa, que é a atração de um(a) estudante cuja nota obtida no Enem permitiria cursar outras graduações que lhe parece social e economicamente mais vantajosas? 2 - na hipótese de conseguir atrair esses(as) estudantes e mantê-los(as) como bolsistas até o final do curso,

⁸ Retirado do vídeo Cerimônia de lançamento do Programa Mais Professores para o Brasil, durante a fala do ministro Camilo Santana. Trecho: 27 minutos e 02 segundos a 27 minutos e 17 segundos.

face ao não enfrentamento das condições estruturais de trabalho e carreira docente, não corre-se um alto risco de, após receber a parte mais significativa da bolsa, o(a) estudante pé-de-meia, que não estreitou laços com a Educação Básica, continuar alimentando a estatística de dois terços de licenciados(as) que não exercem a profissão?

Assim, se considerarmos que o desinteresse da juventude pela docência tem relação direta com as condições de trabalho e carreira, o pé-de-meia da licenciatura, somente em articulação com as ações previstas no *Mais Professores*, não nos parece capaz de gerar tanta atratividade para a docência. Pois, embora o Ministro Camilo Santana diga explicitamente que as condições de trabalho e carreira do magistério não são atrativas, o foco do *Mais Professores* é em ações secundárias e paliativas a esse respeito:

[...] A gente sabe que valorizar os professores significa melhorar e reconhecer as condições de trabalho e remuneração, mas também reconhecer a sua importância e valor social. [...] Nós precisamos *criar uma cultura no Brasil que a sociedade brasileira reconheça o papel importante dos nossos professores e professoras pra vida dos brasileiros*. Então, aqui é um início, aqui nós estamos iniciando algumas ações desse reconhecimento (Brasil, 2025c, on-line, grifo nosso).⁹

Vejamos que, embora as condições de trabalho e carreira docente sejam reconhecidas como elementos que exigem atenção, a opção do governo, através do *Mais Professores*, é atuar em ações secundárias e paliativas como a concessão de cartão de crédito sem anuidade, o desconto em hotéis, a futura distribuição de notebooks, etc. Essas medidas parecem-nos dialogar com a memória discursiva do professorado como tias e tios, uma vez que, assim como não se nega que os parentes que cuidam das crianças da família mereceriam ser melhor recompensados, mas, dada a obrigação que o vínculo familiar lhes impõe, bastaria agradá-los com brindes e mimos; também para o professorado, apesar do reconhecimento público de suas inadequadas condições de trabalho e carreira, dada a sua vinculação sacerdotal ao magistério, bastaria oferecer-lhe algo simbólico que expresse “*sua importância e valor social*”.

E, para que não fique esperança vã acerca do trecho “*aqui é um início*”, enfatizado em mais de um momento pelo Ministro, é importante destacar que tal afirmativa não tem a ver com um possível futuro anúncio de medidas mais robustas, voltadas para o enfrentamento dos problemas estruturais da carreira docente, e sim, diz respeito à extensão desses benefícios que, no entender do governo, incentivariam uma cultura de reconhecimento do valor social do magistério. Para exemplificar o que

⁹ Retirado do vídeo Cerimônia de lançamento do Programa Mais Professores para o Brasil. Trecho: 34 minutos e 07 segundos a 34 minutos e 49 segundos.

dizemos, confira-se diretamente nas palavras do Ministro Camilo Santana ao anunciar as medidas acima elencadas:

[...] Aqui é só o início. Terão outros anúncios importantes que nós estamos discutindo, nós estamos fechando com outras entidades, mas aqui é o início do... *pra mostrar pra todos os professores e professoras que o governo federal... do quanto o governo federal se preocupa com esse profissional*, o quanto vocês são importantes para o país, o quanto o presidente Lula tem um carinho especial por vocês... Portanto, é o início de um processo que nós queremos construir... (Brasil, 2025c, on-line, grifo nosso).¹⁰

Diante do exposto, compreendemos que, ao não priorizar o enfrentamento das condições estruturais sob as quais se dá o exercício do magistério no Brasil, o *Mais Professores* acaba resgatando a memória histórica do professorado como missão sacerdotal, isto é, como uma atividade cuja relevância sociocultural intrínseca por si mesmo atrairia as almas bondosas e dispostas a sacrificar-se pelo bem de todos. Ou, como destacou o Ministro, ao encerrar seu discurso:

[...] Eu queria encerrar com... com... com uma frase importante do nosso querido, é..., Anísio Teixeira, que leva o nome do nosso INEP, quando ele diz que o *professor* não é... não é um entregador de conteúdo, mas *um artista do humano*, um *engenheiro de almas* (Brasil, 2025c, on-line, grifo nosso).¹¹

Não queremos, aqui, desconsiderar o inegável legado do educador Anísio Teixeira para a educação pública do Brasil nem podemos ignorar o fato segundo o qual a ação educativa, entre elas a escolarização, é uma atividade de (re)produção da humanidade em cada indivíduo singular, conforme tão bem defende Saviani (2011). Também não fazemos coro à educação bancária e ao suposto papel do professorado como depositário de conteúdo, como sabidamente criticou Paulo Freire, em sua *Pedagogia do Oprimido* (2019). Contudo, postas essas questões e analisando as condições de lançamento do *Programa Mais Professores*, no qual o enunciado acima está inserido, parece-nos que ele só reforça nossa hipótese do referido Programa como retomada do discurso sacerdotal acerca do magistério. Assim, concordamos com Nóvoa (1995) quando o autor, ao analisar o processo histórico de constituição da docência como profissão, destaca:

O processo de estatização do ensino consiste, sobretudo, na substituição de um corpo de professores religiosos (ou sob o controle da Igreja) por um corpo de professores laicos (ou sob o controle do Estado), sem que, no entanto, tenha havido mudanças significativas nas motivações, nas normas e nos valores originais da profissão docente: o modelo do professor continua muito próximo do modelo do padre (Nóvoa, 1995, p. 15).

É, portanto, com essa memória sócio-histórica do professorado como missão sacerdotal que o *Mais Professores* parece-nos dialogar, uma vez que, apesar do reconhecimento das inadequadas

¹⁰ Retirado do vídeo Cerimônia de lançamento do Programa Mais Professores para o Brasil. Trecho: 38 minutos e 44 segundos a 39 minutos e 10 segundos.

¹¹ Retirado do vídeo Cerimônia de lançamento do Programa Mais Professores para o Brasil. Trecho: 40 minutos e 29 segundos a 40 minutos e 37 segundos.

condições sob as quais se dá o trabalho e a carreira docente no Brasil, dada a suposta natureza altruísta dessa ocupação, bastaria oferecer aos seus praticantes algo simbólico, tais como bolsas, brindes, exames nacionais e cursos on-line.

Considerações finais

Ao longo desse estudo procuramos demonstrar que o (dis)curso do magistério como missão sacerdotal ecoa intenso em diferentes dizeres acerca da docência e que, infelizmente, é recuperado e atualizado pelo *Programa Mais Professores para o Brasil*, tendo em vista que seus eixos e ações desconsideram as condições materiais sob as quais se dá a docência em terras tupiniquins.

No entanto, essa memória tem como consequência, por um lado, a despersonalização da docência como atividade humana, historicamente condicionada e, portanto, passível de virtudes e defeitos; e por outro lado, uma enorme dificuldade em percebê-la como uma profissão que demanda conhecimentos teóricos e práticos específicos e adequadas condições materiais para o seu exercício.

Diante do exposto, compreendemos que, ao não priorizar o enfrentamento das condições estruturais sob as quais se dá o exercício do magistério no Brasil, o *Mais Professores* acaba resgatando a memória histórica do professorado como missão sacerdotal, isto é, como uma atividade cuja relevância sociocultural intrínseca por si mesmo atrairia as almas bondosas e dispostas a sacrificar-se pelo bem de todos.

Por fim, resgatando Paulo Freire (1996), concluímos defendendo que, sendo o magistério um exercício profissional que exige saberes teórico-científicos, didático-pedagógicos e ético-políticos, ele demanda urgentemente políticas públicas mais corajosas que as anunciadas no bojo do *Programa Mais Professores para o Brasil*. Assim, sem qualquer pretensão de prescrever receitas, entendemos que para fazer frente aos desafios diagnosticados, o *Mais Professores* precisaria considerar, no mínimo, pautas históricas dos movimentos de educadores(as), a exemplo da destinação mínima de 10% do PIB para a educação pública, da melhoria das condições de infraestrutura e trabalho pedagógico no interior das escolas, do estreitamento da relação entre as Instituições de Ensino Superior (IES) e as escolas de Educação Básica na formação inicial e continuada de professores(as), do fortalecimento de ações exitosas como o Pibid e do incentivo real à profissão docente com planos de carreira atrativos, contemplando salário compatível com a escolaridade e as exigências do ofício e dedicação exclusiva dos(as) docentes a uma instituição de ensino (Anpae et al, 2025). A partir de ações como essas, costuradas como política de Estado, e não, como um simples programa de governo, teremos mais motivos para acreditar que o futuro da docência no Brasil não será uma simples repetição do passado.

Referências

ANJOS da guarda. [Compositora e intérprete]: Leci Brandão. Rio de Janeiro: Som Livre, 1995. 1 CD (41 min).

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. **Nota pública em defesa da instituição de política de estado para a formação e valorização de profissionais da educação básica.** Goiânia, GO, 04 fev. 2025. Disponível em: <https://campanha.org.br/acervo/nota-da-anpae-nota-publica-em-defesa-da-instituicao-de-politica-de-estado-para-a-formacao-e-valorizacao-de-profissionais-da-educacao-basica/>. Acesso em: 17 jun. 2025.

BRASIL. **Lei n. 16, de 12 de agosto de 1834.** Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de Outubro de 1832. Rio de Janeiro, RJ: Palácio do Império, [1834]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim16.htm. Acesso em: 14 mar. 2026.

BRASIL. **Decreto-lei n. 1.190, de 04 de abril de 1939.** Dispõe sobre a organização da Faculdade Nacional de Filosofia. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, [1939]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del1190.htm. Acesso em: 17 jun. 2025.

BRASIL. Decreto-lei nº 8.777, de 22 de janeiro de 1946. Dispõe sobre o registro definitivo de professores de ensino secundário no Ministério da Educação e Saúde. **Diário Oficial da União:** Seção I - 24/1/1946, Página 1207, 1946. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8777-22-janeiro-1946-416416-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 17 jun. 2025.

BRASIL. **Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008.** Regulamenta o art. 212-A, caput, inciso XII, da Constituição, para dispor sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília, DF: Presidência da República, [2026]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11738.htm. Acesso em: 14 mar. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Percentual de docentes por grupo do indicador de adequação da formação do docente:** Brasil, regiões geográficas e unidades da federação - 2023. Brasília: Inep, 2024.

BRASIL. Decreto n. 12.358, de 14 de Janeiro de 2025a. Institui o Programa Mais Professores para o Brasil – Mais Professores. **Diário Oficial da União:** Seção I – 15/01/2025, Página 1, 2025. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/Decreto/D12358.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2012.358%2C%20DE%2014,para%20o%20Brasil%20E%2080%93%20Mais%20Professores. Acesso em: 17 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Mais Professoras para o Brasil.** Brasília, DF: Ministério da Educação, [2025b]. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/mais-professores>. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cerimônia de lançamento do Programa Mais Professores para o Brasil.** 2025. 1 vídeo (68min). Publicado pelo canal Ministério da Educação. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Fedh_lz90Mg. Acesso em: 17 jun. 2025c.

CAVALCANTE, M. do S. A. de O. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira**: o simulacro de um discurso modernizador. Maceió: Edufal, 2007.

CAVALCANTE, M. do S. A. de O. A Análise do discurso e sua interface com o materialismo histórico. In: ZANDWAIS, A. (org.). **História das ideias**: diálogos entre linguagem, cultura e história. Passo Fundo. Ed. Universidade de Passo, 2012. p. 289-308.

EVANGELISTA, O. **Valorização estatal do magistério reduzida a um programa de mi(ga)lhas**. 2025. 1 vídeo (172 min). Publicado pelo Faculdade de Educação da Unicamp. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/qL5A6RetfHY>. Acesso em: 04 out. 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. [recurso eletrônico]. 24. ed. rev. e atual. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 67. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GATTI, B. A. A formação inicial de professores para a educação básica: as licenciaturas. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 100, p. 33–46, 2014. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i100p33-46

GONDRA, J. G. **A emergência da escola**. São Paulo: Cortez, 2018.

INSTITUTO PENÍNSULA. **Percepção da população brasileira sobre a profissão professor**: relatório de pesquisa. São Paulo: Instituto Península; IPEC, 2022. Disponível em: https://www.institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2022/10/RELATORIO_FINAL_INST_PENINSULA_2.pdf. Acesso em: 29 jul. 2025.

INSTITUTO SEMESP. **Risco de apagão de professores no Brasil**. São Paulo: Instituto Semesp, 2022. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/pesquisas/risco-de-apagao-de-professores-no-brasil/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

KRENTZ, L. Magistério: vocação ou profissão? **Educação em Revista**, v.2, n. 3. jun. 1986. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/41202>. Acesso em: 29 jul. 2025.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. On-line, 2025. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/professor/>. Acesso em: 17 jun. 2025.

MONTEIRO, A. dos R. **Profissão docente**: profissionalidade e autorregulação. São Paulo: Cortez, 2015.

NÓVOA, A. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, A. (org.). **Profissão professor**. 2. ed. Porto Editora: 1995, p. 13-34.

ORLANDI, E. **Terra à vista - Discurso do confronto**: Velho e Novo Mundo. Campinas: Unicamp, 2008.

ORLANDI, E. Ler Michel Pêcheux hoje. In: PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015. p. 11-20.

PAIVA, V. **História da Educação Popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. 6. ed. rev. e ampl. - São Paulo: Edições Loyola, 2003.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PETITAT, A. **Produção da escola, produção da sociedade**: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 6. ed. rev. e ampl. - Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

SUCUPIRA, N. Sobre o exame de suficiência e formação do professor polivalente para o ciclo ginásial, [1964]. In: NASCIMENTO, T. R. A criação das licenciaturas curtas no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.45, p. 340-346, mar. 2012. p. 343-346. DOI: 10.20396/rho.v12i45.8640153. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640153>. Acesso em: 29 jul. 2025.

Recebido: 07/08/2025

Aceito: 28/11/2025

Received: 08/07/2025

Accepted: 11/28/2025

Recibido: 07/08/2025

Aceptado: 28/11/2025

